

Urbanitária

UM INFORMATIVO A SERVIÇO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES DE ALAGOAS



10º Congresso dos Urbanitários de Alagoas é realizado com sucesso

O evento ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de novembro e discutiu formas de organização e resistência frente ao golpe que ataca os direitos dos/a trabalhadores/a.



Mesa de abertura do 10º Congresso Estadual dos Urbanitários de Alagoas

O Sindicato dos Urbanitários de Alagoas realizou, nos dias 18, 19 e 20 de novembro, seu 10º Congresso Estadual, que teve como tema: Resistir ao Golpe: trabalhadores/a uni-vos.

A abertura ocorreu na sexta-feira dia 18/11, no Maceió Mar Hotel, quando o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli falou sobre: "A Venda do Pré-Sal e o Golpe Contra a Democracia". Nos dias 19 e 20 o Congresso se realizou na FETAG.

Pág.
3

Governo Temer usa BNDES para privatizar o saneamento do país

Pág.
4

Urbanitários denunciam adiamento da Conferência Nacional das Cidades

Pág.
6

Urbanitários participam de audiência sobre privatização das Distribuidoras

Pág.
7

Trabalhadores/a da CEAL aprovam campanha contra privatização

Pág.
5



ARTIGO

O previsível roteiro político do golpe

Ao enfrentarem corajosamente a "PEC da Morte", as ocupações de escolas por todo o país converteram-se no principal pólo de resistência ao golpe. Sua ousadia, determinação e ânimo de luta despertam uma crescente admiração.

As paralisações e atos da jornada do dia 11 de novembro, mesmo sem conseguir ainda envolver as principais categorias de trabalhadores, demonstram uma importante capacidade de luta, possibilitando uma intensificação nas próximas jornadas previstas.

Porém, nossas ações ainda não conseguem deter a ofensiva do golpe, que segue cumprindo um roteiro político cada vez mais previsível.

Os próximos passos deste roteiro também ficam óbvios. Esvaziam as margens de poder político em disputa, com novas regras de blindagem como a própria PEC 55, enfraquecimento do papel do BNDES e da Petrobras como indutoras do desenvolvimento e outras medidas a caminho. De outro lado, aceleram uma "reforma política" conservadora, na qual buscam restringir os espaços dos partidos de esquerda. Mas o passo mais importante é outro. Precisam condenar Lula para inabilitá-lo para as eleições presidenciais de 2018.

Memória coletiva

Sabem que o potencial contido na figura de Lula representa o maior obstáculo para o golpe. Em nosso continente, poucas vezes governos desenvolveram políticas públicas que atingiram as grandes parcelas empobrecidas da população. Toda vez que isso ocorreu, deixou marcas profundas que restaram gravadas na memória coletiva popular durante um longo tempo. Os exemplos principais são a permanência do peronismo na Argentina e a herança getulista em nosso país.

A prova deste potencial é revelada nas recentes pesquisas de opinião pública. Mesmo tendo sofrido o mais intenso ataque midiático que poderia ser desfechado contra um político, Lula segue aparecendo na liderança folgada para a presidência, deixando claro que sua existência é o principal entrave político para os golpistas.

Novamente, pouco importa que os principais juristas comentem a fragilidade das acusações. Por mais que se demonstre a farsa, assim como foi feito durante o impeachment, o processo segue o curso previsível. O juiz Sergio Moro acelera a oitiva de testemunhas para proferir uma sentença que terá que ser confirmada em poucos meses pelo Tribunal Regional Federal, cumprindo o roteiro estabelecido pelo golpe.

Como as forças populares irão lidar com mais este previsível capítulo da trama golpista?

Se o roteiro do golpe vai se tornando previsível temos que enfrentá-lo. Defender Lula, defender que possa disputar as eleições de 2018 não é mais uma questão de preferência política. É um ato concreto de resistir ao projeto do golpe. Silenciar, ignorar ou desconsiderar esse fato é permitir que nossa derrota estratégica se aprofunde ainda mais.

Ricardo Gebrim é da direção nacional da Consulta Popular.

Vetos de Temer prejudicam trabalhadores/a do setor elétrico

Os Urbanitários de Alagoas repudiam a atitude do presidente ilegítimo Michel Temer, que vetou 17 itens da MP 735, criada por ele mesmo para facilitar a privatização do setor elétrico, em especial das Distribuidoras da Eletrobras, entre as quais se encontra a Eletrobras Distribuição Alagoas (CEAL). Temer demonstrou, mais uma vez, seu total descompromisso com a sociedade, que havia negociado com os parlamentares várias dessas emendas que agora foram vetadas por ele.



Entre os principais vetos está o que determinava que o novo controlador deveria manter ao menos 90% dos empregados existentes e no mínimo 70% do quadro pelo período de dois anos. O outro veto grave e que mostra a verdadeira intenção do presidente golpista é o que permitia a manutenção ou alocação de empregados das distribuidoras que forem privatizadas, para outras estatais.

Na prática a MP permite a transferência por 30 anos do controle das distribuidoras de energia elétrica administradas pela Eletrobras, cujos contratos de concessão não foram renovados. Além disso, garante que toda a estrutura das empresas, ou seja, milhares de postes, milhões de metros de fios, subestações e demais equipamentos que pertencem ao povo, sejam repassados para a iniciativa privada a um custo irrisório, diante do que realmente elas custaram para ser implantadas.

Para piorar ainda mais a situação, o processo de privatização prevê que o novo proprietário privado entre com apenas 20% de participação, enquanto os outros 80% virão do BNDES e do Banco do Brasil, ou seja, o Estado vai pagar a maior parte. Então, é um verdadeiro desmonte do patrimônio público, construído ao longo de anos com o esforço dos/a trabalhadores/a dessas empresas e o dinheiro do povo brasileiro através de impostos, que será entregue ao capital privado.

Não é possível esperar nada de bom deste governo ilegítimo e golpista. Está clara sua intenção de destruir o patrimônio do povo brasileiro e demonstrado que o senhor Michel Temer e seus cúmplices, não tem nenhum respeito pelos/a trabalhadores/a e pela população, que irá sofrer com a piora desses serviços e o aumento de tarifas, enquanto os /a trabalhadores/a serão precarizados com redução de salários e conquistas e sofrerão com ameaça constante de demissão.

Urbanitários discutem estratégias visando resistir aos graves ataques contra os/a trabalhadores/a

O congresso foi realizado em um momento fundamental para se buscar estratégias, visando resistir aos grandes desafios contra a classe trabalhadora, surgidos após o golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff.

A categoria participou de forma efetiva, demonstrando sua capacidade de luta e resistência, diante de tantos desafios a serem enfrentados.

Na palestra de abertura o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli destacou a importância do petróleo para o mundo, mostrando historicamente que os ataques a Petrobrás têm sempre como origem o interesse externo, especialmente dos Estados Unidos, no controle das reservas de petróleo do mundo. Ele deixou claro que o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, ocorreu com o apoio daqueles que não aceitaram a decisão do governo do PT, em não permitir que o pré-sal fosse mantido sob o controle do Brasil, não permitindo que eles colocassem a mão nesta riqueza imensurável.

As falas da abertura tiveram como ênfase o momento de grave dificuldade porque passa o Brasil, especialmente no que se refere aos/a trabalhadores/a, especialmente na grave ameaça de retirada de direitos e conquistas históricas.

Para Nestor Powell, presidente dos Urbanitários de Alagoas, esse Congresso aconteceu em um importante e decisivo momento para os/a trabalhadores/a de todo o Brasil e, em especial, de Alagoas,



que vivem uma grande crise política e econômica, que trará graves consequências para todos/a.

O representante da CUT Nacional Admirson Ferro Júnior, afirmou que o momento é muito grave e os trabalhadores precisam se mobilizar em torno de uma pauta comum, visando a defesa dos seus interesses de classe. Ele destacou que este congresso foi muito importante, e que ele levará essa temática para a direção nacional da CUT visando sua reprodução em outros locais do país.

No sábado dia 19/11, a programação contou com discussão sobre: "O Contexto da Realidade Brasileira e as velhas Políticas de

Privatizações nas Áreas de Saneamento e Elétrica", tendo como expositores Sérgio Gabrielli, Danilo Assunção, do SINDAE-BA (Saneamento) e Gilberto Santana, do SINERGIA-BA (Setor Elétrico).

Após o almoço houve uma segunda mesa que debateu "Pós-golpe e Novas Estratégias da Classe Trabalhadora", tendo como expositor Ricardo Gebrim, advogado e membro da Coordenação Nacional da Consulta Popular.

No domingo dia 20/11, ocorreu a plenária final, com a aprovação do texto base, resoluções e moções.

Trabalhadores/a aguardam contraproposta da ALGÁS

A Campanha Salarial da ALGÁS deste ano se iniciou no dia 10 de outubro, quando houve a assembleia inicial de aprovação de pauta.

Após essa assembleia inicial já ocorreram outras duas, nos dias 17/11 e 29/11, quando a categoria apreciou a contraproposta da empresa, sendo devolvida a pauta nos dois momentos.

No dia 30/11 essa nova contraproposta dos/a trabalhadores/a foi apresentada em



reunião de negociação entre o Sindicato e a comissão de negociação da ALGÁS

O sindicato aguarda agora uma nova contraproposta da empresa, para que possa marcar outra assembleia com os/a trabalhadores/a.

Este ano o ACT discutirá apenas as cláusulas econômicas que são: 3ª Reajuste Salarial, 8ª Auxílio Alimentação, 11ª Plano de Saúde, 30ª Gratificação de Férias, 14ª Auxílio Funeral, 10ª Elevação de Escolaridade e 15ª Auxílio Creche.

Os/a trabalhadores/a precisam participar das assembleias, visando fortalecer a campanha salarial, pois somente unidos/a é que alcançaremos vitória.

Governo Temer usa BNDES para privatizar o setor de saneamento do país

Segundo o banco estatal 18 Estados da federação já aderiram ao programa de privatização do saneamento.



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou que 18 estados brasileiros, incluindo Alagoas, formalizaram a decisão de aderir ao programa de concessão de companhias de água e esgoto.

Na verdade, essa iniciativa tem o objetivo de consolidar, rapidamente, o novo projeto político-social anunciado à sociedade brasileira em outubro de 2015, por meio do documento "Ponte para o Futuro" do PMDB. O Governo Temer tem adotado um conjunto de estratégias que passa pela construção/aprovação de um novo marco legal, inclusive por meio de emendas constitucionais, e a formação de um ambiente que privilegia a atuação da iniciativa privada na prestação dos serviços públicos.

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Saneamento (SNIS), as companhias dos 18 estados que formalizaram interesse no programa atendem a 2,3 mil municípios, prestando serviço a cerca de 90 milhões de habitantes. Destes, 17 milhões não são atendidos com abastecimento de água, 65 milhões não têm acesso a serviços de coleta de esgoto e 74,6 milhões não têm o esgoto tratado.

Essa estratégia do governo golpista de Temer colocará o Brasil na contramão do mundo.

Ao contrário do que esse projeto prevê para o saneamento do Brasil, o

resto do mundo vive uma onda de reestatização no setor de saneamento, e não é de hoje, segundo o Instituto Transnacional, uma rede mundial de pesquisadores sediada nos Estados Unidos. De 2000 a 2015, foram 235 remunicipalizações em 37 países, a maioria nos EUA e na França.

Essa tendência acentuou-se no período mais recente. De 2010 a 2015, houve o dobro de privatizações desfeitas e de concessões não-renovadas, na comparação com os casos contabilizados ao longo da década de 2000 a 2010.

Essa onda de reestatização do que foi privatizado ocorre, em todo o mundo, devido ao fato das companhias privadas resistirem à ideia de expandir a rede até as pessoas mais pobres, justamente as mais carentes, pois não dá lucro. Além disso, são pouco afeitas ao controle público, por falta de competição, ficando difícil o poder público garantir a obediência às regras contratuais, impedir aumentos abusivos das tarifas e punir as empresas.

O governo de Alagoas já iniciou o processo de privatização da CASAL, através da entrega dos seus serviços de forma fatiada, utilizando-se de Parcerias Público Privadas - PPP's.

O momento é grave e é preciso reagir a esse desmonte, que atingirá a todos/a: trabalhadores/a e sociedade.

Sindicato repudia falta de segurança na CASAL

O Sindicato dos Urbanitários de Alagoas vêm a público repudiar e denunciar a falta de um sistema de segurança eficiente na ETA de Capela. Durante madrugada do dia 30 de novembro, o Operador de Bombas, Osvaldo foi vítima de assalto nas dependências da empresa, segundo informações, Osvaldo ficou sob mira de revólver e posteriormente foi mantido preso em uma sala enquanto os meliantes subtraíam seus objetos pessoais e a televisão da sala.

Segundo trabalhadores, a empresa não oferece nenhum sistema ou meio eficiente de segurança o que os deixa sujeitos a situações como essa. Ainda em tempo, repudiamos também a falta de acomodações eficientes e confortáveis que proporcionem bem-estar aos trabalhadores da empresa.

O Sindicato exige uma medida urgente para garantir a segurança dos/a trabalhadores/a, pois essa situação já vem sendo denunciada há muito tempo, sem que a empresa tome qualquer providência.

Boletim de Ocorrência (BO)

Trabalhadores/a da CEAL aprovam campanha contra privatização

A categoria entendeu que o momento é grave e que seu maior patrimônio, o emprego, está em risco, sendo necessário total esforço visando evitar o mal maior.



Os/a trabalhadores/a da Eletrobras Distribuição Alagoas participaram de uma importante assembleia deliberativa, no dia 08 de novembro, onde a categoria aprovou, por unanimidade, a realização de uma campanha contra a privatização, que inclui uma campanha de mídia e a contratação de assessoria jurídica especializada. Foi aprovada ainda a participação da categoria na Greve Geral, no dia 11 de novembro, contra o desmonte do patrimônio nacional, contra a PEC 241/55 e a retirada de direitos trabalhistas.

O momento é grave. Além do propósito do governo ilegítimo de Temer em privatizar as Distribuidoras da Eletrobras, os/a

trabalhadores/a vivem outras graves ameaças como: a PEC 241, o PL 257, a Reforma da Previdência, a MP do Ensino Médio, a terceirização, a prevalência do negociado sobre o legislado e a flexibilização do contrato de trabalho, além da entrega do Pré-Sal ao capital internacional.

Em relação a campanha de mídia, foi aprovada a criação e veiculação de uma campanha na TV aberta. Como todos sabem isso custa caro. Para se ter uma ideia, uma única veiculação de um comercial de 30 segundos no horário do jornal nacional custa em torno de R\$ 5 mil. É preciso veicular durante um bom tempo, para que haja um retorno da sociedade.

Foi aprovada ainda a contratação do escritório jurídico do Dr Richard Manso,

que terá a função de questionar a perda das concessões pelo Estado de Alagoas. É preciso saber a quem interessa retirar a concessão de uma empresa que já tem uma história em nosso estado, transformando-nos em meros prestadores de serviços. Também caberá a ele acionar a justiça visando questionar o processo de federalização, com base na ação popular movida por ele anos atrás.

Neste sentido, foi aprovado um desconto especial de 1% do salário base durante cinco meses, visando garantir os recursos necessários para estas duas ações. O Sindicato irá patrocinar uma outra ação, juntamente com os sindicatos dos trabalhadores das demais distribuidoras, através da contratação de um escritório em Brasília, que atacará a PEC 735, criada para dar arcabouço jurídico e facilitar as privatizações do setor elétrico.

Mesmo observada a autonomia e soberania da assembleia, o Sindicato está garantindo ao/s que se opuser/em ao referido desconto manifestar, por escrito, ao Sindicato até o dia 31/12/2016.

FUNDO DE PENSÃO

ANAPAR realiza em Maceió curso básico sobre previdência

Os Urbanitários de Alagoas participaram, nos dias 24 e 25 de novembro, em Maceió, do curso Módulo Básico em Previdência, promovido pela ANAPAR.

O curso ocorreu na sede da CEAL e teve como participantes militantes e dirigentes de entidades de classe, trabalhadores de fundos de pensão, dirigentes de fundos de pensão e participantes interessados pelo tema.

O curso apresenta a estrutura da Previdência no Brasil, os regimes e modelos previdenciários, os conceitos de formação do custo previdenciário, as formas de financiamento aplicado no ambiente previdenciário e as modelagens clássicas de estruturação de um plano de benefícios previdenciários, além dos conceitos de reserva matemática e sua participação para apuração dos resultados do plano, visando o equilíbrio do plano de



previdência e a caracterização de um déficit ou superávit atuarial.

Urbanitários denunciam adiamento da Conferência Nacional das Cidades

O Sindicato dos Urbanitários de Alagoas através da sua secretária geral, Eliene Rocha e da secretária de política social Amélia Fernandes, que também é conselheira representante da Federação Nacional dos Urbanitários – FNU, no seguimento dos/a trabalhadores/a e membro da coordenação executiva da 6ª Conferência das Cidades denunciaram, na reunião do Comitê Técnico de Saneamento do CONCIDADES, que aconteceu no dia 02/11 em Brasília, que o governo Temer pretende adiar a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Na reunião foi elaborado/apresentado um documento do Seguimento dos Trabalhadores do ConCidades contra o adiamento da 6ª

Conferência Nacional das Cidades. A iniciativa ocorreu após a decisão unilateral do Ministro das Cidades, Bruno Araújo, que deliberou pelo adiamento da Conferência, numa tentativa de enfraquecer o conselho organizador e desconsiderando todo o trabalho de construção do evento, que já havia até provisionado orçamento para realização do encontro.

A 6ª Conferência Nacional das Cidades estava marcada inicialmente para ser realizada em Brasília, no período de 5 a 9 de junho de 2017. A iniciativa do ministro visa adiar a conferência para o mês de Junho de 2018 que, por se tratar de ano eleitoral, dificilmente será realizada. O Comitê chama a atenção para a tentativa do Governo Temer de



implantar a política privatista e neoliberal antes da realização da Conferência e, por isso, demonstra a urgência da necessidade do posicionamento de Conselheiros, assim como de toda a sociedade que sejam contrários as decisões arbitrárias do governo atual.

A Conferência é o espaço onde a sociedade organizada, representada por seus delegados, realiza debates com o governo, discutindo as prioridades de investimentos para as cidades de forma democrática e plural.

A CAUSA

Todas as testemunhas dizem não ter provas contra Lula

A partir da denúncia do Ministério Público de Curitiba, através daquele show de powerpoint quando o procurador Deltan Dallagnol disse não ter provas contra Lula, mas tinha convicção, a Lava Jato convocou 11 delatores visando incriminar Lula, um time de futebol de campo, uma seleção dos seus mais ilustres réus confessos que negociaram, ou negociam, acordos de benefícios penais no Brasil e também no exterior – Delcídio do Amaral, Augusto Mendonça, Pedro Correa, Nestor Cerveró, Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco, Fernando Soares, Dalton Avancini, Eduardo Leite e Milton Pascoith.



No entanto, todos foram unânimes em dizer que jamais discutiram ilegalidades com o ex-presidente Lula, ou souberam de desvios e vantagens indevidas para Lula, ou ter qualquer informação a dar sobre o suposto triplex do Guarujá. Até o jornal Estado de São Paulo e alguns veículos da Globo reconheceram isso discretamente no meio de matérias. Isso depois de manchetes em letras garrafais e 13 horas de Jornal Nacional dizendo o contrário.

O senador Delcídio do Amaral, por exemplo, disse jamais ter discutido qualquer assunto irregular com Lula. Segundo o senador “ele jamais me deu essa liberdade”, ou seja, Delcídio jamais sequer tocou nesse tipo de assunto com o presidente. As acusações de Delcídio não acompanham nenhuma prova, sendo na palavra do senador uma “delação de político”.

Mas, mesmo assim, Delcídio está em liberdade e negociou para sair da cadeia com a Procuradoria-Geral da República, apesar de citado de forma muito concreta pelos depoentes Nestor Cerveró e Fernando Soares como receptor de diversas vantagens indevida desde o governo Fernando Henrique Cardoso, quando era diretor da Petrobras. Delcídio não está sendo investigado por esses delitos cometidos por ele. Ou seja, quem cometeu crimes está livre em troca de acusar sem provas outras pessoas.

A CONSEQUÊNCIA

Moro se desespera, ataca defesa de Lula e age como acusador

A condução das audiências pelo juiz Sérgio Moro deixou claro que ele atua como linha principal da acusação no caso, é parcial, e que não faz sentido nenhum deixar um juiz-celebridade, que inclusive já cometeu crimes contra Lula, julgá-lo. Em despacho negando produção de provas para a defesa, Moro deixou bem claro que a denúncia tratava-se apenas de 3 contratos.



Mas, nas audiências, o juiz não só permitiu que as perguntas do Ministério Público fossem amplas, completamente fora desse tema, como ele mesmo fez perguntas fora do papel de juiz, muito além do mero esclarecimento das questões levantadas pela defesa e acusação, como levantando novas questões. A justificativa dada era que se tratava de um “contexto probatório”. As perguntas inclusive invadiram processo que corre na 10ª Vara Federal de Brasília, e que corre nessa vara justamente por decisão explícita do Supremo Tribunal Federal de que não cabia a Moro julgar esse caso.

Questionado por tal prática não estar de acordo com a letra do Código de Processo Penal, várias vezes Moro reiterou que quem preside e interpreta o processo é ele, como “dono” do processo. Quatro vezes cortou a gravação para cassar a palavra da defesa. Algumas vezes gritou. Acusou a defesa de “tumultuar”, embora em nenhum momento a defesa tenha se levantado e saído da audiência, como foi feito pelo juiz.

Fica claro, após todas as testemunhas da acusação afirmarem que Lula é inocente, pois todos os depoimentos das testemunhas arroladas pelo próprio MPF reforçam que não há provas, apenas ilações, suposições, e hipóteses, ou melhor, as convicções dos procuradores, que os promotores e o juiz Moro estão enrolados mais do que nunca, pois acusaram uma pessoa inocente e agora terão que confirmar que suas convicções estavam erradas.

Urbanitários participam de audiência sobre privatização das Distribuidoras



O presidente do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas Nestor Powell, participou de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal, realizada no dia 23 de novembro, sobre a decisão do governo federal de privatizar as distribuidoras de energia Cepisa, Ceal, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia e Amazonas Energia.

A audiência foi requerida pelo deputado Léo de Brito PT-AC, que destacou que as privatizações foram autorizadas este ano por meio de portaria e podem gerar inúmeros prejuízos à população, no sentido de promover demissão em massa de trabalhadores/a do setor elétrico, precarização do trabalho, má qualidade dos serviços e aumento das tarifas de energia.

Fizeram parte da mesa de debates, além do presidente Nestor Powell, o representante do Sindicato dos Urbanitários do Acre Antonio Américo Figueiredo Filho, do Sindicato dos Urbanitários do Acre Cleuson José Gouveia da Silva e o representante da Eletrobras Acre/Distribuição Ricardo Alexandre Xavier Gomes.

Estiveram presentes os Deputados Federais Paulão - PT/AL, Léo Brito - PT/AC e Adelmo Carneiro Leão - PT/MG, juntamente com o Vice-Presidente FNU Neilor Gato.

Nestor questionou qual o interesse de vender empresas que ganharam prêmios de qualidade no atendimento, como é o caso da CEAL, atendendo ao plano de negócios determinado pela ANEL. Sugeriu inclusive que este tema fosse aprofundado por aquela Comissão.

MULHERES NA LUTA

Dia Internacional da Luta contra a violência sobre a mulher

O 25 de novembro, "Dia Internacional da Luta contra a Violência sobre a Mulher", foi marcado em Maceió pela união dos movimentos sociais em defesa dos



direitos das mulheres. Organizado pela Marcha Mundial das Mulheres em Alagoas (MMM/AL), um protesto foi realizado no Centro de Maceió, com panfletagem, batucada feminista, exibição de cartazes e faixas de protestos, e muitas bandeiras.

Os Urbanitários participaram do protesto juntamente com a CUT, Sinteal, Sindprev, Sindjornal, MMTRP, Marcha das Vadias, Movimento Olga Benário, PT, MAIS, Flor de Manacá, Via da Mulher, e muitos outros movimentos.

Após a concentração no Calçadão do Comércio, as/s manifestantes saíram em marcha até a sede da Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (Semudh), onde as lideranças da luta feminista foram recebidas por representantes de secretarias e outros órgãos do Executivo estadual.

Na manifestação, as mulheres denunciaram o alto índice de estupros, o assustador número de mulheres assassinadas, o atendimento deficiente prestado pelas Delegacias da Mulher (que não tratam as mulheres vítimas de violência de maneira adequada), a inexistência de delegacia da mulher em vários municípios do interior do estado, ou a denúncia de que as delegacias não funcionam nas situações em que a violência é mais frequente: nos finais de semana.

JURÍDICO

CEAL perde em todas as fases ação contra normas internas

O Sindicato propôs ação de cumprimento contra a CEAL, que foi vitoriosa, sendo a empresa condenada a:

a) Declaração de nulidade de todas as normas internas que digam respeito aos direitos dos empregados e que foram editadas sem a prévia discussão com o Sindicato dos Urbanitários;

b) Que a CEAL fica obrigada observar as normas internas anteriores elaboradas mediante negociação entre as partes até que, mediante negociação

entre as partes, sejam estabelecidas novas normas internas;

c) Pagamento de 5% do acordo, correspondente a 5% do piso salarial, por trabalhador/a, revertendo estas a favor do FAT, observadas as circunstâncias especificadas na sentença respectiva (Ação de Cumprimento nº 0001095-40.2013.5.19.0007);

d) Determina que se a parte ré não mantiver as normas anteriores, enquanto não discuta com o sindicato as novas normas internas, pagará multa R\$ 200,00 por dia, convertida em favor de alguma

entidade sem fins lucrativos ou equivalente da sociedade alagoana.

A CEAL tentou todos os recursos possíveis, tendo sido derrotada em todos eles.

Passado em julgado o Despacho do TST que negou seguimento ao agravo de instrumento (último recurso) da CEAL, dia 13/10/2016, inicia-se agora a execução do processo, para fazer cumprir forçadamente todos os itens mencionados nas alíneas (a), (b), (c) e (d).

CURTAS

■ **A Companhia Energética de Alagoas (Ceal) teve desempenho superior à média** geral em um grupo de 68 estatais no Brasil, segundo levantamento do Ministério das Minas e Energia divulgado esta semana pelo Governo Federal. O desempenho atingiu 49,2%. Média geral foi de 47,7%. Significa que, dos R\$ 296,1 milhões da dotação orçamentária para a estatal alagoana em 2016, R\$ 145,8 milhões (49,2%) foram aplicados até o 5º bimestre (outubro, portanto). Vinte e duas empresas tiveram desempenho acima da média. Além da Ceal estão a Transpetro (68,3%); Chesf (73,7%); e Infraero (58,5%). O Sindicato parabeniza a todos/a os/a trabalhadores/a pelo excelente resultado alcançado.

■ **A privatização da Celg D, distribuidora que atende o estado de Goiás, ocorreu no dia 30/11**, na sede da BMF&Bovespa, em São Paulo. A distribuidora de energia do povo de Goiás foi arrematada pela empresa italiana Enel Brasil, com ágio de 28,03% e valor de R\$ 2,187 bilhões. Este foi o primeiro pacote de privatizações anunciado pelo governo de Michel Temer.

■ **A venda da Celg D está sendo tratada como o primeiro teste de mercado para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)** do governo federal, que também prevê a venda ou concessão de 34 projetos nas áreas de energia, aeroportos, rodovias, portos, ferrovias e mineração.

■ **A punição por aposentadoria compulsória de juizes e desembargadores custa aos**

cofres públicos anualmente R\$ 16,4 milhões em pensões vitalícias. É grande a lista de crimes cometidos por juizes e desembargadores em todo o país, que levou o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) a determinar a aposentadoria compulsória de 48 magistrados desde 2008. As principais punições são devido a uso do cargo para beneficiar loja maçônica, vendas de sentenças, relações pessoais com traficantes e assédio sexual a servidoras de tribunais.

■ **O ex-diretor da área Internacional da Petrobrás Nestor Cerveró, prestou** depoimento em audiência do dia 24 de novembro. No depoimento, Cerveró, reafirmou que foi sustentado no cargo pela bancada do PMDB no Senado e que, para isso, "arrecadou" US\$ 6 milhões para os senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho, através de propinas nos contratos da estatal. Ele informou que sua substituição por Jorge Zelada no cargo ocorreu por pressão do PMDB da Câmara e disse que chegou a pedir ao então presidente do partido, na época deputado federal Michel Temer para que fosse mantido no cargo. Temer teria dito que precisava atender a bancada.

■ **Michel Temer enviou uma proposta de reforma da previdência onde a idade mínima** para aposentadoria será de 65 anos. Como a média de vida do brasileiro é 70 anos, teremos apenas 5 anos para aproveitar a aposentadoria. Quem não viver até os 65 morrerá trabalhando e não terá direito a se aposentar.

POESIA

UM BÊCO
SEM SAÍDA

* Ronaldo de Cerqueira Santos



A política Pmdbista
Afeta o saneamento.
Agora nesse momento
É hora de planejar.
A educação está sensível,
Já a saúde doentia.
Credo em cruz ave Maria!
Todo mundo pode ver.
Não é assim PMDB
Que se deve administrar.

Ainda falam em PEC,
Essa lagarta devoradora.
Professor ou professora
Ela não vai respeitar.
Podendo até matar.
Claro! Depois sumir
Com todos os nossos direitos...
PMDB esse não é o jeito
De se administrar.

A luz no fim do túnel
É o Lula voltar,
Mas agora não dá.
Porque querem prender
O maestro da política,
Dessa maneira a coisa
complica
Forçando agente lutar.
Tudo está imperfeito.
PMDB esse não é o jeito
De se administrar.

* É trabalhador da CASAL

Assista na
NET
CANAL 12

TVCOM
MACEIÓ

APOIO
Urbanitários
de Alagoas

Sindicalize-se!
Esta luta é de todos

**TODOS PELA
ENERGIA**

Privatização não é a solução.

A Água é Nossa

**ÁGUA É VIDA,
PRIVATIZÁ-LA
É CRIME!**

**GOVERNADOR,
NÃO VENDA A CASAL!**

Siga-nos

facebook

stíuea urbanitários de alagoas

twitter

www.twitter.com/urbanitariosal